

*Masculinidade, conflito e adesão:  
tensões identitárias entre os trabalhadores das minas  
de carvão do Rio Grande do Sul nos anos 1940*



ABRAMO, Lívio. Operário. 1935.

*Clarice Speranza*

Mestre e doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). [clarice.speranza@gmail.com](mailto:clarice.speranza@gmail.com)

# Masculinidade, conflito e adesão: tensões identitárias entre os trabalhadores das minas de carvão do Rio Grande do Sul nos anos 1940

Clarice Speranza

## RESUMO

O artigo discute os valores associados à identidade mineira, centrando-se na experiência dos trabalhadores das minas de carvão de São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, nos anos 40. Tais valores são compreendidos como construções históricas elaboradas em relações sociais específicas de solidariedade e de conflito, configurando-se, ao mesmo tempo, em focos de agregação e de tensão. Coragem e bravura são vistos como atributos da masculinidade, e esta, como constituinte da identidade mineira. Ser "homem" é considerado importante para a sobrevivência diária no duro cotidiano da mineração, mas também define as relações internas do grupo e deste com a classe dominante. O artigo examina ainda as contradições envolvendo o papel da mulher e outras tensões presentes em relação aos valores associados ao ofício e a experiência concreta do grupo.

**PALAVRAS-CHAVE:** mineiros; trabalho; cultura.

## ABSTRACT

This article discusses the miners culture, focusing on the coal miners workers experience, at São Jerônimo, Rio Grande do Sul, in the 40's. The author understands working-class culture as historical constructions, elaborated in social relations of solidarity and conflict, been continually challenged by points of aggregation and tension in the everyday practice. Bravery and fearlessness are seen in miners culture as male-workers attributes, and as essential elements of miners identity. Be a "man" in this sense is decisive for overcome the tough conditions of the labour process, but also defines the group internal relations and the strategies and conflicts against dominant class. The role of women in this culture and other tensions between the worker's traditional identity and his material existence at São Jerônimo mines are also examined.

**KEYWORDS:** miners; labour; culture.



*O mineiro, mais do que qualquer outro, talvez possa ser considerado o protótipo do trabalhador braçal, não apenas porque seu trabalho é extraordinariamente terrível, mas também porque é de uma necessidade vital e no entanto tão distante da nossa experiência, tão invisível, que somos capazes de esquecê-lo, assim como esquecemos do sangue em nossas veias. De certa forma, é até mesmo humilhante observar os mineiros trabalhando. Desperta em você uma dúvida momentânea sobre o seu próprio status como "intelectual" e uma pessoa superior. Pois fica provado, pelo menos enquanto se observa, que é apenas porque os mineiros*

*trabalham como animais que as pessoas superiores  
podem permanecer superiores.*

George Orwell<sup>1</sup>

Como bem assinalou George Orwell nos anos 30, impactado pela convivência com o cotidiano dos trabalhadores das minas britânicas de Lancashire e Yorkshire, a imagem dos mineiros é talvez aquela que, dentre os ofícios operários, tenha os contornos mais nitidamente traçados. Sua representação geralmente se materializa num quadro pintado com as cores da coesão grupal, da coragem, da politização, do sacrifício, da força, da solidariedade, da masculinidade, da religiosidade e da tradição familiar. Em maior ou menor grau, tal estereótipo é reverberado pelas construções artísticas, a começar pelo célebre *Germinal*, de Émile Zola.

Por um lado, parece inegável que algumas das características mais redundantes nestas representações são indispensáveis à sobrevivência em meio às condições “extraordinariamente terríveis” de vida e de trabalho dos mineiros (condições, como notou friamente Orwell, muitas vezes desconcertantes para o olhar do observador externo). Do ponto de vista científico, porém, o grande risco é a sua absolutização, passível de constituir um padrão de comportamento social homogêneo e sem espaço para ambigüidades e divisões. Como observou Klubock, a produção da consciência política e das formas cotidianas de cultura dos trabalhadores envolve tensões, conflitos e apropriações mútuas, as quais definem o processo de construção da hegemonia<sup>2</sup>. É na experiência histórica concreta e contraditória de homens e mulheres que a cultura se materializa e a identidade se constitui.

O objetivo deste artigo é analisar tensões e apropriações referentes à cultura dos trabalhadores nas minas de carvão do Rio Grande do Sul nos anos 40. A intenção é problematizar os valores e significados tradicionalmente atribuídos aos operários deste ofício a partir do contraponto com este universo específico. A identidade dos trabalhadores é vista aqui como espaço de disputas em permanente construção e reconstrução, e no qual estão presentes elementos da ideologia patronal, das relações familiares e políticas e da luta diária para garantir as condições materiais de existência, entre outros.

Para fazer frente à minha proposta, inicialmente examino alguns valores atribuídos aos mineiros a partir da bibliografia científica e empreendo uma tentativa de contextualização da experiência dos operários nas minas de carvão no Rio Grande do Sul. Em seguida, analiso práticas e discursos de trabalhadores de São Jerônimo dos anos 40. As fontes utilizadas para a elaboração deste último trecho são, em especial, ações trabalhistas impetradas nos primeiros anos de funcionamento da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho do município, instalada em 1945<sup>3</sup>. Boa parte do *corpus* analisado refere-se a processos relacionados à greve deflagrada pelos mineiros em 1946.

### Controle, solidariedade e masculinidade

Conceito amplo e dotado de diversos significados, cultura pode ser compreendida como “um conjunto de diferentes recursos, em que há

<sup>1</sup> ORWELL, George. *A caminho de Wigan*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 34. Agradeço a Antonio Ransolin pela indicação deste livro.

<sup>2</sup> KLUBOCK, Thomas. *Contested Communities: Class, Gender, and Politics in Chile's El Teniente Copper Mine, 1904-1948*. Durham: Duke University Press, 1998, p. 5.

<sup>3</sup> A Justiça do Trabalho foi instalada no Brasil em 1941, mas a Junta de São Jerônimo só começou a funcionar em 1945. Até lá, os processos trabalhistas impetrados referentes à mineração tramitavam na Justiça Comum ou nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre. Após 1945, estas ações anteriores foram transferidas para o âmbito da Junta de São Jerônimo.

<sup>4</sup> THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 17.

<sup>5</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Unicamp, 2001, p. 149-150.

<sup>6</sup> TREMPÉ, Rolande. Les caractéristiques du syndicalisme minier français et son apport au mouvement ouvrier français. *Halifax*, v. 16, n. 1, 1981, p. 144-154. Ver também \_\_\_\_\_. *Les mineurs de Carmaux 1848-1914*. Paris: Ouvrières, 1971.

<sup>7</sup> ECKERT, Cornelia. *Os homens da mina — um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS*. Dissertação de mestrado — UFRGS/IFCH/PPG em Antropologia, Sociologia e Ciência Política, Porto Alegre, 1985, p. 148.

sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa (...) assume a forma de um sistema”<sup>4</sup>. Tal definição permite entender a cultura da classe trabalhadora não como manifestação autóctone e padronizada, mas como elaboração e transformação de elementos por um grupo de homens específico, em função de seus interesses e das estruturas nas quais estão inseridos.

Tais elementos, expressos em práticas, valores e linguagem, manifestam-se a partir de características contraditórias, porém subordinadas à situação social de dominação (ou determinadas por). O sucesso da dominação depende da sua interiorização subjetiva pelo dominado, num processo em que “a classe trabalhadora é, em certa medida, sujeito de sua própria dominação”<sup>5</sup>. Esta interiorização, no entanto, compreende uma apropriação e, em certos casos, uma completa ressignificação.

A importância de valores associados ao ofício mineiro, relacionados diretamente com o modo de produção, foi constatada na produção acadêmica clássica sobre a mineração, na qual a referência primordial é a historiadora francesa Rolande Treppe. A autora observou que o custo da extração interditou a entrada de pequenos capitalistas na mineração de carvão, constituindo-se o setor, desde cedo, em um empreendimento de grandes empresas, capazes de enormes investimentos e responsável por milhares de empregados. Na França do século XIX, as exigências de produção também fizeram necessário um enquadramento rigoroso e uma severa disciplina de trabalho, obtidos pela adoção do sistema fábrica-vila, com repercussões importantes sobre a constituição identitária do grupo<sup>6</sup>.

As necessidades de produção ligadas à exploração das minas tornaram comum a adoção deste sistema, no qual os trabalhadores são alojados em vilas operárias isoladas e onde tudo, desde a escola das crianças até a assistência médica da família, passando pelo comércio e o aluguel das moradias, é controlado pela companhia. No caso da França, tal isolamento retardou a organização de entidades de resistência, considera Treppe, mas, por outro lado, alimentou comportamentos de revolta.

O confinamento geográfico das vilas mineiras e as especificidades profissionais do ofício são vistos por diversos autores como fatores que acentuaram o espírito “particularista” dos mineiros, reforçando especialmente a coesão e o senso de solidariedade, não apenas dos trabalhadores, mas também de suas famílias. Em especial, o confinamento seria a razão do alto nível de militância e ativismo político encontrado entre estes operários.

Em estudo referente aos trabalhadores em mineração no Rio Grande do Sul nos anos 80, enfocando ainda as tradições e a memória provenientes das décadas anteriores, Cornelia Eckert também salientou o sistema fábrica-vila como determinante das relações sociais.

A Companhia fornece casas aos mineiros cujo aluguel é descontado do salário. O controle ideológico que ela mantém sobre a expansão da vila operária estende-se sobre outros domínios do cotidiano dos mineiros e de suas famílias. A Companhia constrói a igreja católica, o hospital, a escola e mantém a venda (mercearia). Esta forma de relação totalizante, de reciprocidade desigual ou de desigualdade de status, onde o mineiro dá a força de trabalho e o patrão, o salário, implica a eficiência de reprodução de relações tradicionais que envolvem a submissão do mineiro e a assistência da Companhia.<sup>7</sup>

O momento de maior visibilidade destas comunidades isoladas e coesas seriam as greves, articuladas como verdadeiros movimentos comunitários, marcados pela ocupação do espaço urbano. Tais paralisações seriam também caracterizadas pela violência. No levantamento das greves francesas de 1871 a 1890 feito por Perrot, os movimentos de mineiros aparecem entre os mais violentos<sup>8</sup>. As paralisações desta classe de trabalhadores são longas. Repete-se continuamente um esquema clássico, provocado pela recusa sistemática do patronato à negociação. A paralisação se inicia otimista e coesa, mas a falta de perspectivas durante o longo período de interrupção do trabalho, aliada à escassez de meios de sobrevivência dos grevistas, abre espaço para rupturas e conflitos na fase final do movimento.

*A negociação supõe um interlocutor; se ele desaparece, a violência toma seu lugar, mais vigorosa, talvez, por ter estado contida, mais consciente sem dúvida. Esta violência retardada não pode ser confundida com a violência primitiva; há nela menos espontaneidade e mais decisão. Ela é fruto de uma experiência amarga: o fracasso das “vias legais”, onde, antigamente ou hoje em dia, se enraiza a reabilitação da violência.*<sup>9</sup>

Além de violentos, as formas de protesto têm a marca da masculinidade cara à cultura mineira. O homem mineiro ocupa tradicionalmente uma posição hierárquica superior à mulher, cujo corpo é visto como frágil e incapaz de suportar as rotinas produtivas da extração no subsolo, portanto destituído de valor social produtivo. “São os trabalhadores masculinos em vida útil (de trabalho formal) que têm acesso à unidade produtiva direta, permanecendo as mulheres de mineiros restritas à esfera do doméstico, à produção de valores de uso”<sup>10</sup>. A vida social é marcada fortemente pela divisão entre os gêneros. “As atividades de lazer são predominantemente para homens, e há uma virtual ou definitiva exclusão das mulheres de diversas atividades sociais”<sup>11</sup>, observaram Dennis, Henriques e Slaughter no clássico estudo sobre a comunidade britânica de Ashton, nos anos 50.

Mesmo quando a mulher ocupa alguma função no processo de produção, sua participação é vista como acessória, sendo desvalorizada e invisibilizada. Ao iniciar sua pesquisa sobre o trabalho feminino nas minas de Santa Catarina, mais intenso no período de 1937 a 1964, Renato Carola precisou usar a palavra “escolhedeira” (referente à função) em lugar de “trabalhadora” nas entrevistas que empreendeu junto à comunidade para indagar sobre a participação das mulheres na produção de carvão. Se optasse pela segunda escolha, “a resposta imediata era um ‘não’, configurado por uma expressão de espanto”. No senso comum do grupo, não havia mulheres “trabalhadoras” nas minas de carvão: elas apenas “ajudavam” os homens em algumas tarefas “menores”<sup>12</sup>.

Porém, esta definição estrita dos papéis de gênero em territórios circunscritos (sendo o feminino ligado ao doméstico) é também um espaço de contradições. O próprio sistema fábrica-vila, ao integrar a família na esfera de dominação patronal, atrai mulheres e crianças para o âmbito do conflito direto inerente às relações de produção capitalista. Nas minas de cobre chilenas, por exemplo, foi constante a militância feminina nas lutas políticas e nos conflitos do trabalho junto aos homens, a partir de comitês e organizações de mulheres, desde o final dos anos 30<sup>13</sup>.

Nas minas do Rio Grande do Sul, a construção da identidade da

<sup>8</sup> PERROT, Michelle. *Jeunesse de La greve (France, 1871-1890)*. Paris: Éditions du Seuil, 1984, p. 179.

<sup>9</sup> PERROT, *op.cit.* p. 181.

<sup>10</sup> ECKERT, *op.cit.*, p. 417.

<sup>11</sup> DENNIS, Norman; HENRIQUES, Fernando e SLAUGHTER, Clifford. *Coal is our life*. Londres: Tavistock Publications, 1956, p. 248.

<sup>12</sup> CAROLA, Carlos Renato. *Dos Subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)*. Florianópolis: UFSC, 2002, p. 10-11. O autor nota ainda que próprio termo “escolhedeira” tem uma conotação pejorativa, de desqualificação. Nos registros das empresas catarinenses nunca aparecem as expressões “trabalhadora” ou “operária”.

<sup>13</sup> KLUBOCK, *op. cit.*, p. 1.

<sup>14</sup> Carta da Princesa Isabel em 13/01/1885. Acervo do Museu Estadual do Carvão do Rio Grande do Sul. Disponível em <[http://www.arroiodos-ratos.rs.gov.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=27862](http://www.arroiodos-ratos.rs.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=27862)>. Acesso em 24/05/2009.

<sup>15</sup> BUNSE, Heinrich A. W. *A mineração de carvão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, 1984, p. 23-28.

<sup>16</sup> SILVA, Cristina Ennes da. *Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado – PPG em História, PUCRS, 2007.

<sup>17</sup> Conforme inspeção do Ministério do Trabalho nas minas. Documento anexo ao processo 14/46 (fls 96).

<sup>18</sup> ECKERT, *op. cit.*, p. 145.

<sup>19</sup> SIMCH, Carlos Alfredo. *Monografia de São Jerônimo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1961, p. 213.

<sup>20</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 164.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*, p. 239

<sup>22</sup> *Correio do Povo*, 1º de janeiro de 1946, p. 15. O anúncio, de página inteira, traz uma série de depoimentos elogiosos à empresa. Ressalto que se trata de anúncio pago e não de material editorial do jornal, apesar do tratamento gráfico assemelhado.

comunidade operária, e em especial os papéis de gênero, também foi influenciada pelas conformações gerais do sistema de produção. Mas sofreu impacto de condições históricas específicas, as quais veremos a seguir.

## Anos de “ouro” do carvão rio-grandense

Entre os diversos observadores que se comoveram com as condições de vida dos trabalhadores em mineração no Rio Grande do Sul, talvez o mais ilustre tenha sido a princesa Isabel. Em 1885, a herdeira do trono imperial visitou a vila de Arroio dos Ratos e inaugurou um poço de exploração do carvão. “Perguntei-me se poderia suportar isso muito tempo”, confessou Isabel em carta aos pais, referindo-se à sensação de “opressão” que sentiu, lamentando ainda “a sorte penosíssima dos mineiros obrigados a 8 horas de trabalho, por dia, nessas profundezas apertadas”<sup>14</sup>. É de dez anos depois, em 1895, o registro da primeira greve nas minas rio-grandenses<sup>15</sup>.

A prospecção de carvão no Brasil iniciou-se no Rio Grande do Sul ainda no início do século XIX, época em que grandes vilas mineiras já reuniam milhares de pessoas na Europa. A exploração industrial do minério, porém, só começou no país em fins do século (com a instalação, em Arroio dos Ratos, da companhia inglesa *The Imperial Brazilian Collieries C. Limited*). Mas foi a partir da República Velha, com a crescente demanda, uma série de investimentos e o incentivo ao povoamento da região por imigrantes europeus, em especial mineiros espanhóis, que a exploração de carvão foi intensificada.

O sindicato dos trabalhadores do setor foi fundado nos anos 30, momento de incentivo à sindicalização promovido pelo governo Vargas, mas também de forte mobilização, povoamento e crescimento das vilas mineiras do município de São Jerônimo, em especial Arroio dos Ratos e Butiá. O marco deste desenvolvimento é o ano de 1936, no qual as duas principais empresas mineradoras da região, a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e a Companhia Carbonífera Minas do Butiá, uniram-se no Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (Cadem), comandado por empresários fluminenses. Neste mesmo ano, um decreto federal aumentou de 10% para 20% a proporção de obrigatoriedade da compra de carvão nacional em relação ao estrangeiro, incentivando a produção brasileira.

Coincidentemente, é também em 1936 que ocorre a inundação das galerias subterrâneas de Arroio dos Ratos durante uma enchente, episódio que marcou a memória da comunidade e definiu a opção empresarial por intensificar a exploração em Butiá<sup>16</sup>. Nos anos seguintes, a exploração de carvão no estado viveu a sua era de “ouro”, impulsionada pela demanda gerada pela II Guerra Mundial. A produção no Brasil deu um salto: de 997 mil toneladas em 1938, passou para 1,336 milhão toneladas em 1940 e atingiu o pico em 1943, com pouco mais de 2 milhões de toneladas de carvão. Destas, o Cadem contribuiu com um volume de 1,34 milhão de toneladas. Em dezembro de 1943, havia 6.929 operários nas minas de Arroio dos Ratos e Butiá<sup>18</sup>.

Designados pelo presidente Getúlio Vargas como “soldados da produção”, a exemplo de outros trabalhadores, os mineiros viviam um período de aumento vertiginoso de oportunidades de trabalho — fato que ainda motivaria, décadas depois, a lembrança dos anos 40 como o tempo de “ouro do carvão”<sup>19</sup> ou como “o período de fastígio” da indústria carbo-

nífera gaúcha<sup>20</sup>. Esta memória é acentuada pelo fato que, daí em diante, a produção no Rio Grande do Sul entrou em processo de decadência — em 1946, o Cadem contabilizou 891 mil toneladas extraídas do solo, volume semelhante à média anual dos anos anteriores à guerra<sup>21</sup>. O carvão gaúcho acusou rapidamente o golpe provocado pelo fim da demanda gerada no período da guerra, pela concorrência com a produção de carvão em Santa Catarina (que passa à liderança da produção nacional já em 1946) e pela progressiva transformação da matriz energética.

No início do século, os trabalhadores recrutados pela indústria carbonífera provinham inicialmente da imigração, sendo posteriormente recrutados no meio rural. Nos anos 30 e 40, as companhias mineradoras, em especial o Cadem, foram aperfeiçoando progressivamente o sistema de assistência e controle sobre todas as esferas da vida dos trabalhadores, com a criação de um aparato de moradia, urbanismo, saúde, educação e lazer. Tal aparato era utilizado como chamariz para atrair novos empregados<sup>22</sup> e também como propaganda do próprio consórcio. Em 1º de janeiro de 1946, o Cadem exibia suas políticas de amparo aos operários em anúncio de página inteira no jornal mais prestigiado do estado, o *Correio do Povo*. No anúncio, fotos e textos sobre as igrejas, o posto de puericultura, o cinema, o grupo escolar, os clubes, o hospital e a maternidade instalados em Arroio dos Ratos por iniciativa do consórcio empresarial<sup>23</sup>.

As condições reais de trabalho na mineração do subsolo eram extremamente precárias. Podemos ter uma idéia delas a partir das reivindicações feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão em dissídio coletivo impetrado em 1943 no então Conselho Regional do Trabalho (futuro Tribunal Regional do Trabalho). O primeiro item da pauta era água potável. Depois, sanitário, refeitório, iluminação no campo de trabalho, e por fim, aumento de 40%.

Ouvido pela Justiça no processo de dissídio, um funcionário da Delegacia Regional do Trabalho relatou que a água fornecida aos mineiros ficava num barril exposto à poeira e que os dejetos humanos eram acumulados em “pequenos cubos”, que logo exorbitavam sua capacidade. Os trabalhadores recebiam por vales, só descontáveis nos armazéns das minas, que eram de propriedade dos administradores do consórcio, além de serem obrigados a pagar pelo carbureto consumido por suas lanternas e pelas alparcatas que calçavam. O funcionário acrescentou ainda que “a companhia trabalha 24 horas por dia, fazendo um rodízio de 3 períodos de 8 horas de trabalho. Esse rodízio é feito com os próprios trabalhadores que já fizeram 8 horas de trabalho, trabalhando muitos deles 16 horas”<sup>24</sup>. Nos cartões-ponto anexados em processos de 1946 e 1947, são comuns operários que trabalham 30 dias por mês. Contabilizando a dupla jornada, há casos de 40 ou 50 dias trabalhados em um mês.

Diante deste cotidiano de superexploração, há registro de agitações e movimentos grevistas nas minas gaúchas mesmo durante o Estado Novo. A greve de 1944 teve entre suas lideranças o mineiro Manoel Jover Telles, eleito no ano seguinte deputado estadual gaúcho pelo PCB, e figura destacada na trajetória posterior dos partidos comunistas no país<sup>25</sup>. Houve nova paralisação em 1945, e em 1946, a greve irrompeu no dia da posse do presidente Eurico Gaspar Dutra, 31 de janeiro, somando-se a dezenas de outros movimentos, de diversas categorias, que tomaram o país nos dois primeiros meses do ano<sup>26</sup>.

<sup>23</sup> Depoimento de Luís Assunção. Dissídio coletivo impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão contra o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração. Porto Alegre: Globo, 1943, p. 18.

<sup>24</sup> Conforme Marçal, Telles foi expulso do PCB em 1967, por sua defesa da luta armada, tendo participado da fundação do PCBR (Partido Comunista Revolucionário). Ver MARÇAL, João B. *Comunistas gaúchos — A vida de 31 militantes da classe operária*. Porto Alegre: Tchê, 1986. Garcia relata o posterior rompimento com o PCBR e a adesão ao PC do B (GARCIA, Marco Aurélio. PC não contava com o golpe de 64. *Em Tempo*, São Paulo, 6 a 12 de setembro de 1979, p. 81). Telles é apontado como um dos envolvidos em episódio-chave para a história deste partido, o Massacre da Lapa, em 1976, no qual foram assassinados os dirigentes Pedro Pomar, Angelo Arroyo e João Batista Drummond. O dirigente foi expulso do partido após o massacre. Sobre o massacre e o envolvimento de Telles, ver POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: Como o exército liquidou o Comitê Central do PCdoB — São Paulo, 1976*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

<sup>25</sup> Sobre os movimentos grevistas do período, ver PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (coord.) *Cultura e identidade operária — aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Marco Zero, 1987; p. 53-101 e FRENCH, John. *O ABC dos operários — Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/prefeitura de São Caetano do Sul, 1995 (especialmente os capítulos 5 e 6).

<sup>26</sup> De um total de 260 processos da Junta de São Jerônimo ainda preservados, referentes aos anos de 1938 a 1947, 30 se referem à paralisação de 1946.

Tais greves em âmbito nacional eram fruto de um movimento sindical que ressurgia, nervoso, alimentado pelo fim da ditadura e pela esperança de que finalmente havia chegado a hora de colocar em prática as promessas varguistas de uma radical mudança nas situações de exploração que os trabalhadores vivenciavam no seu cotidiano. A forte atuação do PCB, cuja cúpula fora anistiada por Vargas em 1945, e que tivera votação surpreendente na eleição de dezembro daquele ano, era um dos fatores desta efervescência. No fim de abril de 1945, o PCB criara o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), que pregava a luta pela reposição das perdas salariais. Além disso, o movimento operário figurava com destaque na cena política também pela própria conjuntura de formação do PTB e pela crise econômica.

Em meio a tudo isto, os mineiros rio-grandenses cruzaram os braços de 31 de janeiro até 7 de março, reivindicando aumentos salariais. Ao final, obtiveram um reajuste de 20%. Durante a longa paralisação, as minas foram submetidas à administração militar e houve registro de vários incidentes violentos. Diversos episódios, como espancamentos de grevistas ou não-grevistas, ocupação das ruas pelo exército, pelos trabalhadores e mesmo por grupos de mulheres que “caçavam” e ameaçavam os “carneiros” povoam as páginas dos processos judiciais impetrados na então recém-instalada Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho de São Jerônimo. As ações, motivadas por uma série de demissões que se iniciaram a partir do fim da greve e se estenderam até meados de 1946, dão conta de significados atribuídos aos enfrentamentos sociais tanto pelos trabalhadores quanto pela Justiça e o patronato<sup>8</sup>.

A seguir, examino estes e outros conflitos mediados pela Justiça do Trabalho, tentando enxergar, através deles, a forma como estes operários se viam e como compreendiam suas práticas.

### **Ser ou não ser “homem”**

Em 11 de julho de 1947, o então deputado comunista Manoel Jover Telles usou imagens fortes para defender, na tribuna da Assembleia Legislativa, em Porto Alegre, a encampação das minas de São Jerônimo pelo governo do Rio Grande do Sul. No meio do discurso com o qual denunciava as condições de trabalho nas minas, ele esboçou o retrato da própria classe em traços impactantes. “O mineiro, para quem entra na mina pela primeira vez, aparece como um ser primitivo, selvagem, como o homem das cavernas”, descreveu. Culpendo o Cadem pela situação, Telles refinou a seguir a figura criada, sem esquecer de, ao final, usar a sua autoridade de trabalhador para dar mais credibilidade ao quadro.

*Trabalha vestindo somente uma tanga como roupa, de alpercatas e muitas vezes descalço. É obrigado a satisfazer suas necessidades fisiológicas no próprio local de trabalho, pois não existe a aparelhagem sanitária indispensável, e é nesse ambiente, sem ar, fétido, que o mineiro tem de fazer a sua refeição, ou merendar. A sensação do mineiro, e isto sei, por experiência própria, é a de que está submetido a um processo de suicídio lento, gradual, mas inexorável.<sup>27</sup>*

A representação criada por Telles destinava-se não só descrever os colegas e aludir ao próprio calvário (do qual escapava naquele momento,

pelas mãos da política), mas também a chocar os deputados e persuadi-los da necessidade imperiosa da encampação. Porém, ao elaborá-la, o deputado parece ter conseguido reproduzir o olhar de estranhamento de alguém de fora das minas a observar o cotidiano de trabalho mineiro. Para comprovar, basta comparar sua descrição com o relato de um inspetor da Delegacia Regional do Trabalho sobre sua visita de inspeção às minas de Arroio dos Ratos e Butiá, feita anos antes, em 1943.

*(...) os empregados que lá trabalham tal era o calor, que trabalham de tanga, que o próprio depoente quando lá entrou foi obrigado à aderir à situação da “tanga”(...); que não encontrou lugar adequado para os empregados fazerem as desejeções, pois estas eram encontradas em qualquer lugar; que, além disso, a poeira, e ainda o inconveniente dos trabalhadores serem obrigados ao trabalho curvados, devido a pouca altura, pois era de 1,30 metro e alguns lugares um pouco mais e ainda sem iluminação (...)*<sup>28</sup>

Esta representação do trabalho como a imagem quase do inferno, lugar de humilhação e esforço extenuante e desumano, se complexifica na fala dos mineiros que buscavam a Justiça do Trabalho ou lá compareciam como testemunhas ou réus. Sem querer negar as péssimas condições das minas gaúcha nos anos 40, percebe-se na forma pela qual os mineiros apresentam seu ofício um quadro bem distante da bestialidade.

Nas falas, o ofício mineiro aparece subdividido em uma miríade de funções (guincheiro, tocador, ferramenteiro, madeireiro, cortador, furador, cartucheiro e outros) que implicam, cada uma, em saberes específicos, e que se relacionam de forma complementar. A interdependência, que influi na expectativa de ganho — sempre variável e subordinada à produção —, não descarta, porém, uma distribuição hierárquica, na qual as funções de maior risco (furador e cartucheiro, diretamente envolvidos com a furação das paredes de pedra e sua explosão) eram as mais valorizadas — e melhor remuneradas pelas empresas.

Se a degradação era vivenciada no cotidiano do trabalho, a hierarquia profissional também era incorporada à experiência, como expressão do valor social do indivíduo. Ao esforço sobre-humano ao qual se submetiam cotidianamente, os operários cobravam reconhecimento. Quando ele não vinha, o sentimento de injustiça aflorava, ainda mais diante de medidas disciplinares vistas como ilegítimas. A indignação fica patente no tom exaltado das petições que chegam à Justiça do Trabalho, reclamando do que consideravam uma ingratidão dos patrões. “Sendo estabilizado e um operário que extrae comumente acima da tarefa de 15 carros, mais 15 ou 20, merece mais consideração por parte de sua empregadora”<sup>29</sup>, “(...) um fato que doe no moral de um operario que sempre procurou primar no cumprimento dos seus deveres e que tem a sua vida operaria sem mancha (...)”<sup>30</sup> “(...) não se despede um operário que sempre foi um optimo trabalhador, que muitas vezes dobrou o serviço, com sacrificio da saude, por pedido insistente do capataz, outras vezes era forçado a ficar no trabalho para não abandonar este a revelia, e, todo esse esforço, todo esse sacrificio é desconsiderado e esquecido (...)”<sup>31</sup>

Por vezes este reconhecimento se obtém pela prática de uma adesão interessada à política paternalista do patronato e à mitificação do pai-patrão. Na São Jerônimo dos anos 40, esta figura está claramente representada

<sup>28</sup> Processo 14/46. Ata de audiência de inquirição de testemunhas, realizada em 27/04/44, depoimento do fiscal Emilio Gentil (fls 134). Neste e nos demais trechos de processos reproduzidos neste artigo, optei por manter a grafia original sempre que isto não prejudicasse a compreensão do leitor.

<sup>29</sup> Processo 90/46, impetrado por Trajanno Barbosa Silva em 22/07/46, petição inicial (fls 2).

<sup>30</sup> Processo 68/46, impetrado por Leal de Oliveira em 13/06/46, petição inicial (fls 2).

<sup>31</sup> Processo 66/46, impetrado João Manoel Anselmo em 17/06/46, petição inicial (fls 2).

<sup>32</sup> LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/UNB – MCT/CNPq, 1988.

<sup>33</sup> Processo 03/47, impetrado por Alberto Tavares em 13/01/47, depoimento de Hievanoé Ferreira Alves (preposto da Companhia Carbonífera Minas de Butiá) — fls 17.

<sup>34</sup> *Idem*, depoimento de Alberto Tavares (fls 16).

<sup>35</sup> Processo 73/46, impetrado por Pedro Rodrigues de Almeida em 02/07/46 (fls 2-3).

pelo diretor do Cadem, Roberto Cardoso, padroeiro das procissões de Santa Bárbara, padrinho de crianças, distribuidor seletivo de “benefícios” a partir de encontros periódicos com os trabalhadores. O exercício do poder tornava-se também a exibição deste poder e a sua construção simbólica como instância absoluta, num mecanismo análogo ao encontrado por Leite Lopes em relação à Cia Paulista, de Pernambuco<sup>32</sup>.

Mas o sistema fábrica-vila exibia muitas fraturas. Não conseguia garantir, por exemplo, o acesso de todos os trabalhadores aos equipamentos de habitação. Isto está demonstrado pelas ações nas quais são relatadas disputas pela posse das moradias alugadas pelas empresas às famílias de mineiros. Nelas, transparece o problema da falta crônica de casas para os trabalhadores nos anos 40 e os conflitos gerados a partir da política sistemática de destelhamento das moradias adotada pelas empresas para expulsar famílias mineiras que não dispunham de autorização oficial para ocupar as construções. O destelhamento era realizado mesmo com móveis ou objetos das famílias dentro das residências, obrigando-as assim a deixar o local. Um representante da Companhia Minas do Butiá admite, em processo de 1947, que “o único recurso que a Companhia se vale para controlar a habitação de seus operários é o de mandar destelhar a casa dos operários que moram clandestinamente nas mesmas”<sup>33</sup>.

Tal prática demonstra que boa parte dos trabalhadores tomava a ocupação das moradias alugadas pela empresa como um direito, recusando-se a acatar a ordem de despejo ou mesmo de oficializar sua posse junto à administração. Mais que uma concepção racional, trata-se do sentimento de um direito, que se mescla, contraditoriamente, à aceitação da ordem dominante instaurada. Um exemplo é o caso de Alberto Tavares. Este operário viu os três filhos morrerem quando morava num rancho de palha. Depois teve a moradia destelhada e foi expulso da casa que havia sublocado (o que era proibido). Reclamou e foi demitido. Foi à Justiça protestar o aviso prévio não-pago. Ao juiz, contou a história da casa e comentou que “(...) a zeladoria bem poderia ter transferido a casa para o declarante, achando entretanto que ninguém pode morar em qualquer casa sem o consentimento da zeladoria”<sup>34</sup>.

Em outros casos, a consciência do direito vencia a submissão e a resistência assumia formas mais ativas. O mineiro Pedro Rodrigues de Almeida, ex-pracinha, resistiu ao destelhamento bradindo uma lanterna de pilha distribuída na frente de guerra pelas forças norte-americanas. O estranho objeto foi confundido com uma granada e os 12 homens e 2 engenheiros encarregados de desmanchar o telhado da casa onde Pedro guardava os móveis (comprados para seu casamento) fugiram, apavorados, “em velocidade mais ou menos vertiginosa”<sup>35</sup>.

Se há relatos eventuais de ameaças de morte e agressões verbais no cotidiano de trabalho e nas tensas relações de produção, é nos episódios envolvendo conflitos coletivos que eles parecem se acirrar, a exemplo do já constatado por Perrot junto aos mineiros franceses. No caso da greve de 1946, a maioria das disputas citadas nos processos envolve diretamente trabalhadores grevistas e não-grevistas. São relatos de práticas coletivas, de grupos de 30 ou 40 trabalhadores, definidas por disputas físicas e/ou morais em torno de adesões à greve ou retorno ao trabalho. As vilas de Butiá e Arroio dos Ratos passam a ser espaços disputados neste enfrentamento — isto fica patente nas tentativas de controle dos trabalhadores

sobre as vias que levam à mina. E, como ressaltado por Perrot, a violência se concentra no período final da greve.

Os primeiros processos referentes a este movimento que dão entrada na Junta de São Jerônimo dizem respeito à intenção do consórcio de demitir um grupo de operários supostamente envolvido no espancamento de um capataz no dia 5 de março. Os relatos sobre a autoria das agressões são obviamente divergentes. Em contornos gerais, o caso ocorreu logo depois do capataz Rufino Pereira ter deixado sua casa, às 7h, e ser interpelado por um grupo de grevistas. Após negar-se a voltar para sua residência, foi espancado com paus. Vizinhos acudiram e discutiram com os grevistas. Uma patrulha do Exército passou (a mina estava sob ocupação militar) e os agressores fugiram, entrando em diversas casas. O capataz foi levado para sua residência, nas proximidades, e de lá, para o hospital local. Um laudo pericial comprova a gravidade da agressão: Rufino teve as costelas fraturadas e poderia ficar incapacitado permanentemente<sup>36</sup>.

Em outros casos, as versões conflitantes não permitem afirmar com segurança se chegou a haver agressão física ou apenas discussão acalorada. O operário Hiotides Pereira Alves, por exemplo, admite ter sido designado por uma comissão de grevistas a “cuidar de determinado setor perto de sua residência, para evitar agressões e assegurar a realização pacífica da greve”. Porém, outro mineiro, Alexandre Kalinski, declarou ter sido abordado por Hiotides e outros dois companheiros, que estavam “deitados em uma valeta existente num bosque de eucaliptus (...) e armados de porretes escondidos por dentro do casaco”, e que foi ameaçado de espancamento caso insistisse em ir trabalhar<sup>37</sup>.

O mesmo episódio desdobra-se numa discussão, também com diferentes versões, mas nas quais entra em jogo o significado de “ser homem”. Vale a pena reproduzi-las. Na primeira delas, uma das testemunhas conta que, ao ver um capataz tomar o mineiro Alexandre Kalinski pelo braço para levá-lo para trabalhar, o colega Hiotides disse ao companheiro hesitante que ele “era homem como todos os outros e que por isso deveria ele mesmo resolver se queria trabalhar ou não”<sup>38</sup>. Outra testemunha (ambas eram de defesa) confirma ter ouvido quando Hiotides cobrou de Kalinski “que ele era homem e senhor de sua vontade e que por isso ele é quem deveria resolver se queria trabalhar ou não”<sup>39</sup>.

O capataz José Medeiros, porém, relata o caso de forma diferente. Na sua versão, quem interpelou o mineiro Alexandre foi ele, dizendo: “Vai trabalhar, porque um homem é homem”. E imediatamente recebeu de Hiotides a resposta: “Se ele for trabalhar, é porque é sem-vergonha e carneiro”, ao que o capataz retrucou “que então ele, Kalinski, já era carneiro e sem-vergonha, porque já estava trabalhando durante a greve”<sup>40</sup>.

O que este bate-boca ríspido revela é a importância de ser “homem”, principal argumento levantado tanto pelo operário grevista quanto pelo capataz, porém, com significados ligeiramente distintos. Para o trabalhador, ser “homem” é ter coragem e vontade própria, não se deixar dominar ou ameaçar pelos patrões. Para o capataz, ser “homem” também é ter autonomia, porém, frente ao grupo: ter a firmeza de ir contra os próprios companheiros.

Ambas as acepções, no entanto, são possíveis dentro do arcabouço simbólico de uma cultura que associa ao mineiro à masculinidade e esta à coragem, característica de resto indispensável para a produção do carvão

<sup>36</sup> Processo 31/46, impetrado por Belarmino Rodrigues de Souza em 12/04/46. Cópia do depoimento de Rufino Antônio Pereira prestado à polícia no dia 05/03/46 e laudo pericial integrantes de denúncia oferecida pelo Ministério Público contra cinco operários pelas agressões contra Rufino. (fls 28-32). Segundo laudo pericial, o capataz teve as costelas fraturadas, entre diversos outros ferimentos e o que o incapacitaria permanentemente para o trabalho.

<sup>37</sup> Processo 76/46, impetrado por Hiotides Pereira Alves em 02/07/46. Depoimento de Hiotides (fls 31) e de Alexandre Kalinski (fls 38).

<sup>38</sup> *Idem, ibidem*, Depoimento de Edmundo Schornes (fls 36).

<sup>39</sup> Processo 76/46. Depoimento de Waldomiro Nunes (fls 37).

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, fls 39-40.

<sup>41</sup> Processo 09/41, impetrado por Homero Viana em 31/10/41. Ofício de Waldemar Cirius, chefe de serviço, sobre o comportamento de Viana (fls 15).

<sup>42</sup> Processo 86/46, impetrado por Antônio Nunes em 10/07/46. Documento anexo: memorando comunicando punição em 12/04/44 (fls 16).

<sup>43</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. Valentia e cultura do trabalho na estiva. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; e FORTES, Alexandre. *Culturas de classe — identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 210.

<sup>44</sup> Processo 66/46, impetrado por João Manoel Anselmo em 17/06/46. Depoimento de Wilson Cony da Costa (fls 23).

<sup>45</sup> Processo 79/46, impetrado por Orico Correa em 02/07/46 (fls 17-25) e processo 83/46, impetrado por Franklin Braida em 08/07/46 (fls 20).

<sup>46</sup> Processo 69/46, impetrado por Antenor Batista em 17/06/46. Depoimento de Francisco Vargas (fls 32).

<sup>47</sup> Sobre o papel das mulheres estimulando e persuadindo seus maridos a permanecerem nas minas mesmo diante da iminência do esgotamento físico e da morte, ver CAROLA, *op. cit.* P. 233.

e para a exploração da força de trabalho no subsolo. Ser “homem” nesta cultura é antes de tudo não se deixar dominar pelo medo, tanto dos colegas ou do patrão quanto da terra, dos acidentes, das explosões. Significa de ser capaz de enfrentar cotidianamente (e coletivamente) a perspectiva desesperadora da morte ou da degradação física iminentes no trabalho (o “suicídio lento, gradual, mas inexorável”).

Mas ser “homem” também pode significar impor-se sobre chefias intermediárias ou até superiores indiretos. Um operário “(...) ao ser advertido pelo mestre da oficina de caldeiraria, Virgilino Alves, declarou emphaticamente “que não tinha nada que lhe dar satisfações (...)”<sup>41</sup>. Outro, depois de “destratar e ofender” o apontador (responsável pela anotação do ponto), ameaçou-o, “chegando ao ponto de tirar o seu lampeão do ombro em agressiva atitude”<sup>42</sup>.

Vale notar que a masculinidade aparece entre os mineiros como sinônimo de coragem, bravura e autonomia e não necessariamente de força física e exibição de músculos. Neste aspecto, diferenciam-se dos portuários, outro grupo operário que tem na masculinidade um dos esteios de sua construção identitária, mas que valoriza a ostentação dos atributos físicos. Assemelham-se a estes, no entanto, ao identificar a masculinidade a uma “cultura de insubordinação ao poder de mando dos chefes de serviço”<sup>43</sup>.

No caso da greve de 1946, é interessante notar que aparecem também seguidas referências a grupos de mulheres “cujo trabalho era o de atirar pimenta e sal no rosto dos que cercavam”<sup>44</sup>, ou que perseguiam, correndo, não-grevistas<sup>45</sup>. Embora alijadas diretamente do processo de produção (diferente do caso catarinense), as mulheres dos mineiros rio-grandenses participavam ativamente da greve, atuando como “fiscais” agressivas da adesão dos trabalhadores homens.

Estas mulheres agem em grupo, mas também há alusões a atuações individuais. Num caso particularmente curioso, um capataz contou ter sido interpelado na rua pela esposa de um grevista que, agressivamente, teria lhe dito que se ele “não tivesse coragem de se abster de trabalhar, ela lhe emprestaria um vestido”<sup>46</sup>. O jogo de significados aqui permite entrever a lógica da auto-representação feminina. Apesar de reafirmar a inferioridade social de seu sexo (simbolizada na alusão ao vestido e sua associação com a covardia), a mulher se coloca na prática na posição de quem interpela o homem, cobrando deste atitudes relacionadas a valores do gênero masculino e ofendendo-o naquilo que lhe é mais precioso socialmente: a virilidade.

Os processos mostram que, durante a greve de 1946, as mulheres de São Jerônimo saíam às ruas para confrontar os homens e os perseguir, defendendo a adesão ao movimento, sem, no entanto, questionar abertamente o seu papel subordinado. O papel ativo feminino, extrapolando a esfera doméstica, constitui-se assim em elemento importante para a formação da identidade masculina e também para a atuação política da comunidade.

Seria um erro, no entanto, associar a mulher mineira a uma posição de vanguarda política ou de agente provocador da resistência operária. O que fica evidente é a tensão entre a prática social e os papéis assumidos e definidos socialmente para os gêneros. A mulher não é agente passivo. Mas se sua ação por vezes aponta para o confronto violento contra o patronato, pode também ser o alicerce da adesão à dominação patronal<sup>47</sup>.

E se fica claro que um dos valores mais caros a esta comunidade é justamente a sua coesão, é também em meio ao conflito coletivo que mais

se podem perceber quebras na solidariedade do grupo. Em diversos processos, os acusadores são superiores diretos, geralmente capatazes, mas em muitos as principais testemunhas arroladas pelas empresas são vizinhos ou colegas que ocupam postos concorrentes na hierarquia do trabalho. Foram colegas de trabalho que denunciaram José Mariano dos Passos e Daniel dos Santos como autores de agressões durante a greve, causando suas demissões. Ambos tinham tido desentendimentos anteriores com os denunciantes, a quem consideravam “inimigos”<sup>48</sup>.

Outro episódio, desta vez sem relação aparente com a greve, foi a acusação contra Alfeu Lemos da Silva, suspenso pela empresa sob a alegação que teria roubado lenha de um bosque da companhia. O acusador era um vizinho, com quem Alfeu tinha uma rusga por causa da morte de um galo<sup>49</sup>.

Tais casos demonstram que o cotidiano segregado da vila operária, se por um lado favorecia a coesão do grupo e a consciência de classe, por outro era palco constante de conflitos. Tais características evidenciam uma permeabilidade para mecanismos de concorrência via benefícios ou ascensão hierárquica que facilitam a exploração pelo grupo dominante. Demonstram também o quanto a própria resistência dos operários foi feita em um espaço de permanentes contradições.

Levando-se em conta tudo isso, é de se concluir que cultura dos trabalhadores mineiros que podemos entrever a partir dos processos trabalhistas impetrados em São Jerônimo revela operários que vivenciavam um cotidiano extremamente degradante de trabalho e, ao mesmo tempo, se enquadravam numa lógica hierárquica e complementar de funções, nas quais saberes específicos eram valorizados e cultivado o sentimento de certa autonomia sobre o ofício. Homens que demandavam o reconhecimento patronal pelo esforço físico extenuante a que se submetiam e que se sentiam indignados e injustiçados pela diferença entre o seu empenho e a recompensa que recebiam.

Coragem e bravura eram vistos como atributos da masculinidade, e esta, como constituinte da identidade mineira. Ser “homem” era importante para a sobrevivência diária no duro cotidiano da mineração, mas também definia as relações internas do grupo e deste com a classe dominante. Neste último caso, não eram incomuns atitudes de desafio e de insubordinação. Tal identidade é assumida inclusive pelas mulheres, que participam ativamente destas ações, porém sem questionar abertamente seu papel subordinado. A coesão do grupo, se estimulada pelo isolamento e concentração geográfica, era ameaçada por rixas internas, evidenciando uma vulnerabilidade dos trabalhadores a instrumentos de dominação via ascensão profissional ou mesmo vinganças a nível pessoal.

Se a experiência histórica dos operários em minas de carvão do Rio Grande do Sul encontra paralelos visíveis com a de outros mineiros no mundo, é importante ressaltar algumas especificidades. Aqui, as condições extremamente duras de trabalho no subsolo se conjugam a um sistema de dominação do tipo fábrica-vila que se “vende” externamente como garantia de “benesses” à comunidade, porém funciona na prática com importantes fraturas e insuficiências, incapaz de dar conta das insatisfações da classe mesmo no período em que alcançou o seu maior desenvolvimento econômico. Ao potencial extremamente explosivo desta contradição, também marcada pela superpopulação, eram contrapostas formas de controle rigo-

<sup>48</sup> Processo 82/46, impetrado por José Mariano dos Passos em 08/07/46; processo 67/46, impetrado por Daniel dos Santos em 17/06/46.

<sup>49</sup> Processo 98/46, impetrado por Alfeu Lemos da Silva em 19/08/46.

rosas e violentas, como a ocupação militar das minas que ocorre durante a greve de 1946.

Valores importantes junto à comunidade mineira, como a religiosidade, pouco aparecem nos processos judiciais estudados e precisam ser investigadas a partir de outras fontes. Mas a análise das ações trabalhistas permite, por outro lado, ter acesso a dezenas de conflitos e acordos, vitórias e derrotas pelas quais os mineiros do Rio Grande do Sul tentaram ampliar seus direitos nos anos 40. E que mostram que a experiência histórica destes milhares de homens e mulheres foi construída num cotidiano de coesão e conflito, no qual inventaram seu caminho entre a adesão e a resistência.



*Artigo recebido em julho de 2009. Aprovado em agosto de 2009.*